



**PLATAFORMA**  
*Política dos*  
**SERVIDORES**  
**MUNICIPAIS**

*Fortalecer o serviço  
público para reconstruir  
e transformar o Brasil.*



**PLATAFORMA**  
*Política dos*  
**SERVIDORES**  
**MUNICIPAIS**

*Fortalecer o  
serviço público  
para reconstruir  
e transformar o  
Brasil.*



# SUMÁRIO

	<b>05</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>POR UM ESTADO DEMOCRÁTICO E SOBERANO COM O <i>fortalecimento</i> DOS SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	<b>13</b>
<b>LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E <i>sustentabilidade</i> DAS ENTIDADES SINDICAIS</b>	<b>14</b>
<b>POR CONDIÇÕES <i>dignas</i> PARA O SERVIDOR PÚBLICO</b>	<b>16</b>
<b>POR VERDADEIRAS REFORMAS PARA <i>transformar</i> O BRASIL</b>	<b>20</b>
<b>LUTANDO <i>contra</i> A OPRESSÃO, POR MAIS DIREITOS E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>22</b>
<b><i>Oportunidades</i> PARA POPULAÇÃO BRASILEIRA E LUTA CONTRA O ASSÉDIO E PRECONCEITO</b>	<b>26</b>
<b><i>Ampliar</i> OS DIREITOS E A PARTICIPAÇÃO</b>	<b>31</b>
<b>CARTA DE <i>compromisso</i></b>	

**INTRO**

*du ~  
ção*

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam/CUT) não é um partido, mas é um **ente político que cuida e orienta os servidores municipais do Brasil.**

É nossa obrigação, enquanto entidade classista e consciente, promover o trabalho de educação política e esclarecer os interesses em jogo no processo político eleitoral. Por isso, a Confetam/CUT apresenta aos candidatos e às candidatas, para cargos eletivos e para a sociedade, a **Plataforma dos Servidores/as Municipais para as Eleições 2022.**

O material construído explica e exemplifica as **principais pautas dos municipais debatidas pela categoria.** As propostas apresentadas são o espelho do que servidores públicos querem para o Brasil nos próximos anos.

É importante frisar que o ano de 2022 é marcado pelo acirramento da disputa de projetos políticos para o país. Nesse sentido, os servidores entendem como fundamental para a classe trabalhadora garantir a continuidade e o aprofundamento de políticas que fortaleçam o projeto de

sociedade democrática, o que implica desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda, inclusão social, geração de emprego de qualidade, concursos públicos, trabalho decente e direito à comunicação e informação.

Tudo isso vai na perspectiva da consolidação de um projeto de desenvolvimento democrático-popular, capaz de ampliar a capacidade do Estado em investir em infraestrutura, sistemas tributários justos e em políticas públicas voltadas para o atendimento da população, em especial nas áreas educação, saúde, mobilidade urbana, segurança e proteção social. As propostas também defendem a retomada de direitos usurpados pelo Congresso, especialmente os do trabalho, e fortalecimento dos processos de democracia direta e participativa.

A Plataforma é um instrumento para a **consolidação de parcerias no movimento sindical e social, para o enraizamento de propostas e intervenção efetiva nos rumos do país e do estado.** O documento é uma referência para posicionamentos, negociação, mobilização e acompanhamento das políticas a serem implementadas.

Assim, chamamos as candidatas e os candidatos às Assembleias, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e aos Governos a firmarem compromisso público para defender a dignidade dos servidores públicos municipais, assim como a responsabilidade social que carrega essa profissão, a democratização do Estado, os direitos humanos, a consolidação da democracia e, principalmente, a garantia de uma sociedade justa e igualitária.





**PLATA-  
FORMA**

*Política dos*

**SERVI-  
DORES  
MUNICI-  
PAIS**

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM, filiada à Central Única dos Trabalhadores que representa milhões de servidores públicos municipais, através de nossos sindicatos, esteve no dia a dia na luta, desde o golpe que depôs a presidenta Dilma, e impôs nos ilegítimos governos Temer e Bolsonaro. Com esses governos, uma onda de retrocessos e ataques sem precedentes na história foi lançada à nação e aos trabalhadores.

Nossa Confederação e os sindicatos integrantes estiveram na linha frente junto com as demais entidades do funcionalismo para impedir a aprovação da PEC 32, da reforma administrativa, um ataque brutal de Bolsonaro não apenas contra os servidores, mas, principalmente, contra a população trabalhadora que, para ter uma vida digna, depende de mais e melhores serviços públicos.

Dezenas de Emendas Constitucionais, Leis, MPs, Portarias e outros normativos avançaram na destruição dos direitos e desmonte de políticas sociais. Para realizar o programa de reconstrução e transformação que busque soluções verdadeiras e duradouras para as graves injustiças sofridas pelo conjunto do povo e conquistar a democracia e a soberania nacional será necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para recuperar os direitos roubados e ampliar as conquistas da cidadania no Brasil.

Nesta eleição de 2022 como entidade nacional representativa dos trabalhadores do serviço público municipal apresentamos essa plataforma com pontos que são de interesse dos servidores e do conjunto da população, tratando do fortalecimento dos serviços públicos, das políticas sociais e da necessária reforma das instituições, desgastadas e desacreditadas por sucessivos ataques à democracia e pela submissão à política de “austeridade fiscal” imposta pelo capital financeiro.

# **POR UM ESTADO DEMOCRÁTICO E SOBERANO COM *o fortalecimento* DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

- Revogação da Emenda Constitucional 95/2016 - Teto de gastos - fiscalismo;
- Convocação imediata de concursos públicos;
- Revogação da Lei Complementar 101/2000 - Austeridade fiscal;
- Revogação da Lei 13.365/ 2016 - Entrega do pré-sal às multinacionais;
- Revogação da Lei 13.429/2017 - Terceirização ilimitada;
- Revogação da Lei 13.467/2017 - Reforma Trabalhista;
- Revogação da Emenda Constitucional 103/2019 - Reforma Previdenciária;
- Revogação da Lei 13.415/2021 - Reforma do Ensino Médio;

- Revogação dos efeitos da Lei Complementar 173/2020 que interditarão a progressão nas carreiras e a reposição das perdas salariais;
- Revogação da Lei Complementar 179/2021 - Independência do Banco Central;
- Revogação da Lei 13.097/2015 que permite a entrada de capital estrangeiro no financiamento da saúde no Brasil;
- Revogação das demais Emendas constitucionais, leis, decretos, portarias, e normativos que atacam a democracia, alienam a soberania nacional, desmantelam serviços públicos;
- Segurança alimentar com prioridade à agricultura familiar: reconstrução dos programas e políticas sociais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);
- Política pública de saúde com universalização do atendimento com qualidade, revertendo as ameaças de privatização do SUS e revogando as implantações de OSs e OCIPs;
- Reversão do desmonte das políticas sociais, das estatais, dos direitos do povo, dos serviços públicos e defesa da soberania nacional;
- Garantir que 100% dos recursos provenientes dos precatórios do antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) sejam destinados à educação, assim como pelo menos 60% seja direcionado para os profissionais do magistério;
- Pleno respeito e defesa do direito à autodeterminação dos povos;

- Fortalecimento dos órgãos e programas em nível federal, estadual e municipal que operacionalizam a implantação da reforma agrária, a proteção e respeito aos direitos dos povos indígenas, a exploração agrícola e extrativista com preservação do meio ambiente.



# **LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E** *sustentabilidade* **DAS ENTIDADES SINDICAIS**

- Reinclusão na folha de pagamento dos servidores liberados para atividade sindical;
- Remuneração de dirigentes liberados para mandato classista sendo mantida pelo Estado;
- Retirar os obstáculos colocados por Temer-Bolsonaro para o desconto das mensalidades sindicais livremente pactuadas entre os servidores e suas entidades;
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT, já aprovada no Congresso Nacional em 2010, visando a garantir o direito de negociação coletiva e de greve;
- Garantia legal de recolhimento da taxa negocial definida livremente em Assembleia pelos trabalhadores;
- Respeito à Organização por Local de Trabalho, vinculada à organização sindical da categoria, nos termos definidos pelos trabalhadores.

# **POR CONDIÇÕES *dignas* PARA O SERVIDOR PÚBLICO**

- Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- Ratificação da Convenção OIT 158 (proíbe a demissão imotivada);
- Fim do fator previdenciário;
- Acesso aos cargos do serviço público exclusivamente por concursos públicos;
- Definição de data-base e revisão salarial geral anual prevista na Constituição;
- Estabelecimento de diretrizes gerais de carreiras com valorização do salário-base;
- Piso salarial para servidores municipais, estaduais e federais não inferior ao salário-mínimo do DIEESE;
- Cumprir as metas 15, 16, 17 e 18 da Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024);
- Verbas públicas para a saúde pública (SUS);
- Restabelecimento constitucional da plena paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;



- Isonomia de benefícios entre os três poderes;
- Reversão das privatizações, conforme está ocorrendo em muitos países, como nos informa a Internacional do Serviço Público; fortalecimento das empresas estatais e dos sistemas públicos de regulamentação e fiscalização trabalhista, ambiental, sanitária, alimentar;
- Regulamentação do trabalho remoto com garantia de direitos e a irredutibilidade da renda do trabalhador;
- Aplicação imediata de todos os Piso Salariais Nacionais de carreiras do funcionalismo;
- Realização de uma verdadeira reforma administrativa para aumentar expressivamente a oferta e melhorar a qualidade dos serviços públicos, desterceirizando os serviços e trabalhos na administração pública e avançando para garantia do direito universal de toda a cidadania;
- Garantir reajustes salariais com ganho real nos salários.

**CONDIÇÕES** *dignas*



# **POR VERDADEIRAS REFORMAS PARA *transformar* O BRASIL**

- Defender a realização de uma reforma tributária solidária, para corrigir o desequilíbrio da tributação imposta aos cidadãos adotando sistemas de impostos progressivos que de fato combatem a desigualdade no país, começando pela taxação das grandes fortunas;
- Fazer as regras tributárias alcançarem a indústria e o agronegócio;
- Reduzir a carga tributária sobre o consumo, com alíquotas diferenciadas para produtos essenciais;
- Reestruturação e fortalecimento de órgãos de controle social destinados ao combate à sonegação e à corrupção;
- Implantar medidas de transparência nas finanças públicas;
- Planejar e estruturar o desenvolvimento sustentável do município;
- Desenvolver competências locais para captação de recursos em fundos públicos;

- Afirmar o papel e obrigação dos governos (federal, estaduais e municipais) de implementar políticas fiscais progressivas e distributivas;
- Mobilizar recursos internos para o desenvolvimento local nos municípios;
- Estimular a geração de riqueza a partir das potencialidades naturais, culturais e sociais dos municípios;
- Investir no acesso à inovação e à tecnologia;
- Criar projeto local sobre transparência e controle social, que permita a participação popular direta na construção das políticas de ampliação da arrecadação e controle dos investimentos do orçamento público;
- Combater a informalidade nas empresas instaladas nas cidades/Estado (especialmente micro e pequenas) com fiscalização e apoio;
- Apoiar o cooperativismo de crédito e as instituições de micro finanças;
- Desmontar a política de emendas parlamentares chamadas de “Orçamento Secreto” como mecanismo de corrupção e balcão de negócios no Congresso Nacional, reestabelecendo a função legislativa do parlamento;
- Promover a cooperação e as parcerias entre os municípios, Estado e União ampliando os resultados, promovendo a implantação e funcionamento do desenvolvimento territorial;
- Formular um Pacto de Combate à Fome e a Pobreza Local em parceria com as três esferas de Poder (municipal, estadual e federal) estabelecendo metas, estratégias e recursos, levando em consideração as especificidades das zonas urbana e rural.

- Focalizar ações com recortes de gênero, geração, raça e orientação sexual buscando a implementação de uma política afirmativa e inclusiva;
- investimento público;
- Realizar a reforma urbana e encampamento público das áreas ocupadas para fins de moradia, dando suporte às políticas públicas sociais, educação, saúde, saneamento, segurança etc. para as ocupações urbanas;
- Realizar a Auditoria Cidadã da Dívida Pública Brasileira, para que todas as ilegalidades e ilegitimidades possam ser segregadas e devidamente repudiadas;
- Financiar e apoiar políticas, programas e projetos sociais especializados no desenvolvimento social, ambiental e humano;
- Reduzir a taxa básica de juros no país e enfrentar os pilares macroeconômicos neoliberais que ainda persistem na política econômica nacional, tais como o superávit primário, alguns pontos da lei de responsabilidade fiscal e o controle da inflação pela elevação da taxa básica de juros;
- Cobrar das empresas o investimento no povo e nas cidades;
- Assegurar no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual, vinculação de receita à índices de reajuste salarial, pagamentos de precatórios, programas de capacitação e valorização dos Servidores estaduais e trabalhadores de projetos inscritos em parceria com outros entes;
- Instituir uma política habitacional de interesse social que estimule que a terra tenha valor de uso;



# *transformar* O BRASIL

- Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva em conselhos, nas conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros, ou seja, nos processos de decisão, monitoramento e avaliação, assim como cumprir as resoluções aprovadas nestas instâncias de gestão democrática;
- Assegurar assento da representação dos trabalhadores em todos os Conselhos constituídos, com indicação do seu Sindicato;
- Ativar ações de promoção da Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Cultural, Sustentabilidade Espacial, Sustentabilidade Política e Sustentabilidade Ambiental.

# LUTANDO *contra* A OPRESSÃO, POR MAIS DIREITOS E SUSTENTABILIDADE

- Criar políticas de enfrentamento à violência no campo, na floresta e nas águas e garantir políticas eficazes de segurança pública na zona rural, incluindo políticas especializadas para as mulheres;
- Respeitar a cultura dos povos do campo, da floresta e das águas e garantir autonomia e apoio para plantarem os alimentos que respondam às suas demandas na qualidade e quantidade necessárias, e não para atender às exigências do mercado e do agronegócio;
- Garantir as liberdades civis e os direitos dos cidadãos, atuando no fortalecimento da democratização da sociedade em todos os níveis;
- Garantir a liberdade de organização e manifestação, onde o direito de greve seja completamente regulamentado e resguardado;
- Defender as riquezas naturais, evitando a exploração pelo capital nacional e internacional, sejam postas a serviço do bem-estar da coletividade;
- Realizar uma política democrática, tanto no plano econômico quanto no plano social com redistribuição da renda nacional

- Garantir a manutenção das fundações e empresas públicas contra qualquer tentativa de avanços e privatizações que visem fortalecer o Estado Mínimo;
- Garantir a universalização e manutenção dos serviços públicos de saúde, educação, assistência e previdência social;
- Garantir a institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos;
- Comprometer-se com o respeito e a promoção dos direitos de negros, negras, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, jovens e pessoas com deficiência, além de combater a violência contra a mulher;
- Construir legislação que garanta o afastamento das mulheres grávidas e lactantes de quaisquer atividades, operações e locais insalubres, assegurando a saúde materno- infantil no desenvolvimento de suas atividades laborais.



# *Oportunidades* **PARA POPULAÇÃO BRASILEIRA E LUTA CONTRA O ASSÉDIO E PRECONCEITO**

- Garantir políticas e práticas de não discriminação nos mecanismos de seleção pública;
- Elaborar política de inserção profissional para as mulheres jovens, garantindo opções ocupacionais variadas e em todos os setores da atividade econômica e que não se limitem àquelas consideradas tipicamente femininas;
- Criar metas de inclusão para LGBT, negros(as), mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Capacitar profissionais e intensificar temas de identidade racial, gênero, geração, orientação sexual e pessoas com deficiência em censos e pesquisas;
- Criar programas de educação em direitos humanos, em vários setores, que promovam o respeito à negros e negras, LGBT, mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Articular os poderes públicos, incluindo União, Estado e municípios, na promoção de ações conjuntas de promoção dos Direitos Humanos e da defesa de grupos oprimidos;



- Criar política de não discriminação e medidas de responsabilização para quem pratique racismo, homofobia, preconceito geracional e contra pessoas com deficiência e ações misóginas;
- Garantir a promoção de ambientes respeitosos, seguros e saudáveis para as pessoas negras, LGBT, jovens, pessoas com deficiência e do gênero feminino; quaisquer atividades, operações e locais insalubres, assegurando a saúde materno- infantil no desenvolvimento de suas atividades laborais.
- Fortalecer e financiar as agendas alusivas aos direitos de negros e negras, LGBT, mulheres jovens e pessoas com deficiência, como as atividades do dia intencional da mulher, a Parada da Diversidade Sexual, o dia nacional da pessoa com deficiência, o dia mundial da juventude e o dia da consciência negra;
- Fiscalizar e combater o trabalho análogo à escravidão; assim como impor sanções severas;
- Intensificar programas e ações de combate ao turismo sexual, do tráfico de pessoas e exploração sexual de mulheres e crianças, através de uma política de Estado com critérios de caráter coercitivo e punitivo;
- Criar programa de desenvolvimento econômico para as pessoas negras, LGBT, mulheres, jovens e com deficiência;
- Criar programa de discussão das questões relacionadas à identidade racial, gênero, pessoas com deficiência, representação juvenil e diversidade sexual na escola;
- Garantir no orçamento ações e projetos com recorte de gênero, raça, juventude, deficiência e contra a discriminação;

- Fiscalizar e combater o trabalho infantil; assim como impor sanções severas para quem descumprir e certificação dos empreendimentos que não adotarem essas práticas;
- Aprovar legislação que puna as empresas que cometem discriminação contra a população LGBT;
- Realizar ações que colaborem com o desenvolvimento da carreira de LGBT, negros(as), mulheres, jovens e pessoas com deficiência;
- Construir legislação que estabeleça cotas para trabalhadoras negras e trabalhadores negros nos concursos públicos da administração direta e indireta, das estatais e na contratação das empresas que têm aporte de recursos de bancos públicos de fomentos;
- Construir legislação que institua cotas para contratação de negros e negras nas empresas privadas, como forma de corrigir as distorções e a discriminação no mercado de trabalho para quem descumprir e certificação dos empreendimentos que não adotarem essas práticas;
- Criar, onde não houver, e fortalecer, onde existir, a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência.
- Criar mecanismos que contribuam para a “mudança de olhar” do profissional sobre o crime, suas circunstâncias, vítima e responsável pela morte, adotando a “perspectiva de gênero” como forma de aprimorar as respostas institucionais para as mortes violentas de mulheres;
- Elaborar legislação que iniba o assédio nos locais de trabalho e nos espaços públicos com monitoramento das ações e políticas de combate ao assédio moral e sexual;
- Implantar plano nacional para zerar o déficit de unidades

escolares da Educação Infantil (creches) nos próximos oito anos, com equipamentos públicos, com gestão direta e garantia de qualidade;

- Ampliar o número de creches integrais, tanto diurnas como noturnas, com horários de atendimento compatíveis com as jornadas de trabalho dos pais;
- Instituir em lei a licença compartilhada de 180 dias para a mãe e de 180 dias para o pai, incluindo as uniões homoafetivas.
- Construir a Casa da Mulher Brasileira onde não houver e colocar em funcionamento onde já foi inaugurada, de forma coordenada com a Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência e em diálogo com o movimento feminista e de mulheres, para atender as mulheres do campo e da cidade;
- Melhorar o atendimento primário prestado às mulheres que sofreram violência, no campo e na cidade, promovendo a qualificação dos profissionais e ampliando os horários de atendimento para os períodos noturnos e finais de semana;
- Criar mecanismos no âmbito da Rede de Atenção Integrada à Mulher Vítima de Violência para prevenir o feminicídio, assim como equipar os serviços públicos e garantir a punição dos criminosos, conforme Lei do feminicídio (13.104/15);
- Alterar a legislação para tipificação adequada dos atos de violência contra a mulher nos espaços públicos;
- Estabelecer a licença parental para progenitores ou adotantes, de forma compartilhada, garantindo à mãe o período necessário para a amamentação da criança, conforme orientação da OMS, e estender esse direito às demais trabalhadoras e trabalhadores (rurais e domésticas).

# *Ampliar*

## **OS DIREITOS E A PARTICIPAÇÃO**

- Garantir a Saúde como Política Pública de Estado e não de Governo, contando com gestão pública profissional e que a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as esferas e em todos os serviços, seja 100% pública e estatal, com participação efetiva do Controle Social;
- Democratizar e popularizar as conferências de saúde, garantindo que os Planos de Saúde de cada esfera de governo, bem como os Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano de Ação de Saúde, sejam construídos com base nas diretrizes formuladas nas
- Conferências de Saúde, que devem ser aprovadas em políticas deliberadas pelos conselhos de saúde, para serem executadas pelos gestores, com efetiva fiscalização;
- Garantir a implementação da carga-horária de 30 horas para os trabalhadores do SUS;
- Garantir a continuidade da política de creches públicas e de escolas de tempo integral, bem como a valorização dos profissionais de educação;
- Garantir transporte escolar seguro e merenda escolar de qualidade;
- Combater a criminalização de professoras e professores de escolas públicas que tenham cargos de representação sindical, assim como a violência institucional contra as

manifestações dos trabalhadores, sejam servidores públicos ou não, criando um programa de mediação de conflitos junto aos órgãos de segurança, de forma a garantir o direito à manifestação e organização da classe trabalhadora, sem violência policial e com garantia da integridade física deles;

- Garantir a remuneração diferenciada e garantia de condições de trabalho aos profissionais que trabalham na educação do campo, locais de difícil acesso e perigosos;
- Defender e integrar a novas políticas locais nos serviços públicos os programas de distribuição de renda;
- Defender a formação dos Conselhos Locais de Saúde dentro dos municípios, empoderando a comunidade na participação e controle das ações de saúde como também o acompanhamento do emprego adequado dos recursos.
- Assegurar o acesso universal à água potável como direito através de empresas e políticas públicas – seja através de rede geral, cisterna, ou outrossistema adequado – e, também, o acesso ao saneamento básico, à coleta de lixo residencial público, à energia elétrica e ao gás de cozinha, com o fim da mercantilização desses serviços e a garantia de preços justos para a população;
- Garantir a implementação das metas e defender o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Implementar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE);
- Realizar a formação continuada aos professores e demais profissionais da rede de educação de todas as modalidades de ensino para aplicação da lei 10.639/03, que institui o ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Garantir que os Serviços de saúde e educação sejam 100% públicos, gratuitos, universais e de qualidade;
- Implementar e efetivar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com controle social;
- Ações de orientação do poder executivo aos meios de comunicação, de propaganda e de audiovisual, sobre a importância de não reforçar o trabalho de reprodução social como de responsabilidade somente das mulheres, garantindo a representação do trabalho compartilhado entre homens e mulheres em suas produções;
- Implementar uma política pública de planejamento reprodutivo com acesso aos métodos contraceptivos que melhor correspondam às necessidades e perfil das usuárias com participação e responsabilização dos parceiros homens – garantindo o planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro;
- Garantir o atendimento humanizado para os casos de aborto clandestino que chegam aos hospitais do SUS;
- Viabilizar políticas de proteção às mulheres que realizaram aborto legais diante a perseguição de grupos fundamentalistas e de defensores dos estupradores;
- Garantir o parto humanizado nas redes públicas e privadas de saúde, com equipamentos adequados e formação das equipes de atendimento;
- Promover ações e elaborar projetos visando a descriminalização e legalização do aborto e seu atendimento no SUS;

- Incluir a educação sexual não sexista e antirracista nos currículos escolares;
- Promover o parto domiciliar a partir do SUS e facilitar o registro das crianças nascidas por mãos de parteiras ou obstetizes nos domicílios, com registro prévio dessa opção (parto domiciliar) no posto de saúde mais próximo ou no qual a gestante realizar o pré-natal;
- Regular a atividade das doulas e promover o acesso dessa profissional às gestantes, de modo a garantir o apoio físico, informacional e emocional às mulheres durante a gestação, parto e pós-parto.



**CARTA**

**DE**

*Compro  
misso*



# **CARTA COMPROMISSO - PLATAFORMA POLÍTICA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

## **FORTALECER O SERVIÇO PÚBLICO PARA RECONSTRUIR E TRANSFORMAR O BRASIL**

Ao assinar a Carta Compromisso, os (as) candidatos (as) ao cargo de presidente (a), governador (a), deputados (as) e senadores (as) estarão de acordo com as ideias e propostas apresentadas pela Plataforma Política dos Servidores Públicos Municipais para as Eleições 2022, proposto pela Confetam/CUT.

Se eleitos (as), deverão estar dispostos (as) a incorporar os Eixos Estratégicos de forma transversal às políticas públicas, sempre procurando promover a participação da sociedade civil. Além disso, também deverão prestar contas das ações desenvolvidas e dos avanços alcançados por meio de relatórios, revelando a evolução das ações relacionadas a cada eixo.

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, candidato(a) pelo Partido \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_  
na cidade \_\_\_\_\_ estado \_\_\_\_\_,  
assumo a responsabilidade, a partir deste momento, através da assinatura da Carta Compromisso, de adotar a Plataforma Política dos Servidores Públicos Municipais para as Eleições 2022 apresentada pela CONFETAM/CUT.

# MEUS COMPROMISSOS

1. Assumo o compromisso com a Plataforma Política dos Servidores Públicos Municipais para as Eleições 2022;
2. Concordo em produzir um documento de Diagnóstico da Situação atual que sirva de referência para o estabelecimento de um Plano de Metas e Indicadores, contemplando os eixos da Plataforma, para os quatro anos da gestão;
3. Concordo em atualizar e divulgar, no mínimo, os indicadores básicos da Plataforma no final de cada ano da gestão;
4. Concordo em publicar e divulgar um relatório de prestação de contas que contenha, no mínimo, os indicadores básicos da Plataforma e um primeiro balanço do Plano de Metas. As informações serão apresentadas em Audiência Pública, no final do segundo ano da gestão;
5. Concordo em dialogar com o movimento sindical e através de Conselhos, Conferências e outros meios de gestão participativa sobre os avanços e dificuldades de execução da Plataforma.

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



# DIREÇÃO DA CONFETAM (2021-2025)

## **Presidência**

Jucélia Vargas Vieira de Jesus

## **Vice Presidência**

Cícera Isabel Batista de Melo

## **Secretaria Geral**

João Gabriel Guimarães Buonavita

## **Secretaria Geral Adjunta**

Luciana Maria de Melo

## **Secretaria de Finanças**

Sirlene Vaz de Moura Silva

## **Secretaria de Finanças Adjunta**

Misael Elson Borges

## **Secretaria de Relações do Trabalho**

Maria Zelita dos Ramos

## **Sec. de Relações do Trabalho Adjunta**

Clemilde Cortes Pereira

## **Secretaria de Formação Política**

Wésia Nogueira de Sena

## **Secretaria de Org. e Pol. Sindical**

Maurício José Gomes Mendes

## **Sec. de Org. e Pol. Sind. Adjunta**

Andreia Nunes

## **Sec. de Políticas Públicas e Sociais**

Irene Rodrigues da Silva

## **Sec. de Pol. Púb. e Sociais Adjunta**

Itanamara Guedes Cavalcante

## **Sec. de Relações Internacionais**

Francisco de Assis Gomes Filho

## **Secretaria de Comunicação e Imprensa**

Celio Vieira de Sousa

## **Sec. de Comunicação e Imprensa Adjunta**

Vlamir Lima

## **Secretaria da Mulher Trabalhadora**

Maria Ozaneide de Paulo

## **Secretaria de Juventude**

William Ampese

## **Secretaria de Combate ao Racismo**

Vilani de Souza Oliveira

## **Sec. de Saúde da Trabalhador(a)**

Oldack Cezar Rocha Sucupira

## **Sec. de Saúde da Trab(a) Adjunta**

Raimundo Nonato Soares

## **Secretaria LGBTQI+**

Sueli Silvia Adriano

## **Secretaria de Assuntos Jurídicos**

Silvana Teresa Piroli

## **Sec. de Assuntos Jurídicos Adjunta**

Paulo Gomes de Freitas

## **Sec. de Mob. e Rel. com os Mov. Sociais Adj**

Carlos Aparecido da Silva Melo

## **Sec. de Mob. e Rel. com os Mov. Sociais**

Tarsys Henrique Gama dos Santos

**1ª Suplente**

Dilma Gomes da Silva

**2ª Suplente**

Sirdennys da Silva Santana

**3ª Suplente**

Maria das Dores Rodrigues dos Santos

**4ª Suplente**

Eli Samuel Xavier Passos

**5ª Suplente**

Juçara Rosa Silva

**6ª Suplente**

Eunice Ruth Araujo Lopes

**7ª Suplente**

Ronaldo do Prado Ferreira

**8ª Suplente**

José Ronildo Beserra de Brito

**9ª Suplente**

Sara do Carmo Soares

**10ª Suplente**

Maria do Socorro de Freitas Gomes

**11ª Suplente**

Lilian Mozer

**12ª Suplente**

Patrícia Macário Gomes

**13ª Suplente**

Francisca Sirlene de Oliveira

**14ª Suplente**

Flávia Aparecida Veiga

**1º Titular Conselho Fiscal**

Rodrigo Gomes Abreu

**2º Titular Conselho Fiscal**

Leive Maria Dallarosa

**3º Titular Conselho Fiscal**

Antonio Carlos do Nascimento

**1º Suplente do Conselho Fiscal**

Rafael Fernandes Ferreira

**2ª Suplente do Conselho Fiscal**

Isaura Tereza Bicalho

**3ª Suplente do Conselho Fiscal**

Arlete de Souza

**Elaboração**

Alexandre Linares

**Jornalista e Assessor de imprensa do Sindsep**

João Batista Gomes (Joãozinho da CUT)

**Jornalista e assessor de imprensa da Confetam/CUT.**

Thiago Marinho

# PLATAFORMA *política dos* SERVIDORES MUNICIPAIS

Documento inspirado nas contribuições das entidades nacionais da CUT nas três esferas do serviço público “Fortalecer o serviço público para reconstruir e transformar o Brasil” e na “Plataforma para as eleições 2018 dos servidores, professores e jornalistas do Ceará”

**CONFETAM**  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS

**SINDSEP**  
SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
E Funcionários de Empresas de Serviço Público

**SISMUC**  
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO CEARÁ

Projeto gráfico  
altvista●



**PLATAFORMA**  
*Política dos*  
**SERVIDORES**  
**MUNICIPAIS**

*Fortalecer o serviço  
público para reconstruir  
e transformar o Brasil.*

# PLATAFORMA *Política dos* SERVIDORES MUNICIPAIS

*Fortalecer o serviço  
público para reconstruir  
e transformar o Brasil.*

**CONFETAM**  
CONFEDERAÇÃO DOS(A) TRABALHADOR(AS) NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

**SINDSEP**  
SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**SISMUC**  
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

*Projeto gráfico*  
**altvista**